



Filiado à CUT e à FNU

STIU-DF

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores
nas Indústrias Urbanas no Distrito Federal

notícias

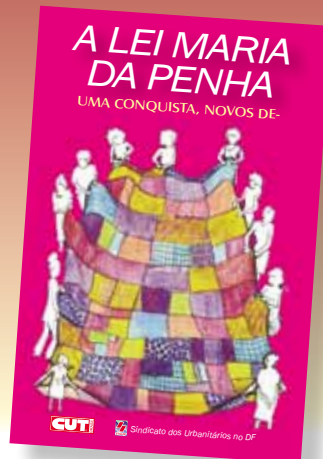
Abril/2008

Diretoria realizou planejamento estratégico para o último ano de gestão

Com assessoria do Dieese, o trabalho de planejamento aconteceu nos dias 4, 5 e 17 de abril. Os debates e as linhas de ação centraram-se nas deliberações do V CONURB-DF, envolvendo temas como previdência social e previdência complementar, setor elétrico em geral, terceirização, gestão das estatais e a CEB. **Página 2**

STIU-DF distribuiu cartilha sobre a Lei Maria da Penha

Para marcar a comemoração do Dia Internacional da Mulher, o STIU-DF optou neste ano pela edição da cartilha “A Lei Maria da Penha – Uma conquista, novos desafios”, produzida pela Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (SNMT) da CUT. O Sindicato acrescentou ao material original da CUT alguns tópicos pesquisados em outras publicações.



Sindicato prepara segunda edição do Projeto Viva a Arte

Para quem estava com saudades, uma boa notícia: o primeiro show do Projeto Viva a Arte de 2008 deverá acontecer nos próximos dias, no auditório da Eletronorte. O diretor do STIU-DF responsável pelo projeto, Rivaldo Gomes (Boréu), está fazendo os últimos acertos para dar início às atividades deste ano.

NOTÍCIAS DAS EMPRESAS

CEB



Avanços no adicional de condutor autorizado (na foto acima, assembléia que aprovou o reajuste deste benefício), PCCS na reta final e luta pela PLR.

FURNAS

Participantes e assistidos da Fundação Real Grandeza merecem respeito e exigem responsabilidade.

ONS

Primeira reunião de acompanhamento do ACT 2007-2008 foi realizada em abril.

ELETRONORTE

Sindicato e trabalhadores reagem à indicação de apadrinhado de Jader Barbalho para a presidência da empresa.

ELETROBRÁS

Medida provisória abre caminho para a empresa se transformar na Petrobras do setor elétrico.

Páginas 4 e 7

Leia também nesta edição:

- Campanha salarial das empresas federaisPágina 3
- Sindicato participou do IX Congresso da AnaparPágina 3
- Governo dá reconhecimento legal às centrais sindicaisPágina 8

Estratégia de luta dos trabalhadores deve unir ações de resistência e agenda positiva

O ano de 2008, tal como foi o anterior, já se apresenta com enormes desafios a serem enfrentados pela classe trabalhadora no Brasil. A elite dominante, representada politicamente pelo DEM e pelo PSDB, projeta claramente a substituição da estratégia das grandes reformas – a sindical, trabalhista e a previdenciária – pelo ataque no varejo aos direitos dos trabalhadores. Foi o caso da malfadada “Emenda 3” e, mais recentemente, de artigo da Lei n.º 11.648/2008 prevendo a fiscalização das entidades sindicais pelo TCU, ambos dispositivos vetados pelo presidente Lula. Além disso, depois do fracasso imposto pelas centrais sindicais no Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), os patrões já indicaram que não desistirão da idade mínima para a aposentadoria no INSS nem da alteração do benefício da pensão por morte.

Diante dessa conjuntura, o movimento sindical não deve se limitar à ações de resistência. Os trabalhadores devem continuar atuando dentro de uma agenda positiva. Nesse sentido, a CUT demonstra acerto ao abrir campanhas, em conjunto com outras centrais, pela redução da jornada de trabalho e pelo fim das demissões arbitrárias (ratificação pelo Brasil da Convenção 158 da OIT). A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU-CUT) também encaminhou corretamente a luta pela volta da aposentadoria especial para os eletricitários, capciosamente seqüestrada pelo governo tucano.

Mas é preciso ir além. O combate franco às políticas de privatização e terceirização de mão-de-obra, bem como a luta pela completa eliminação do “entulho neoliberal” herdado do governo FHC, constituem tarefas que não podem ser deixadas em segundo plano pela classe trabalhadora. É preciso também que a CUT promova o debate sobre o papel das agências reguladoras, que, até agora, não fizeram mais do que garantir um “porto seguro” à voracidade do capital.

A atuação estratégica, articulada com as lutas mais prioritárias, constitui-se no melhor caminho para a ampliação dos direitos e para novas conquistas dos trabalhadores.

Planejamento estratégico do STIU-DF

A diretoria do STIU-DF se reuniu nos dias 4, 5 e 17 de abril (foto) para discutir e aprovar o planejamento estratégico da entidade, a ser executado até o término do atual mandato (30/06/2009). Com a assessoria do companheiro Clóvis Scherer, do Dieese, os debates e as linhas de ação centraram-se nas deliberações do V CONURB-DF, envolvendo principalmente os seguintes temas: previdência social e previdência complementar, setor elétrico em geral, gestão das estatais e a CEB, terceirização, organização sindical e relações institucionais, saúde e segurança, formação sindical. Na avaliação dos dirigentes sindicais, o planejamento aprovado, sem descuidar do realismo e da factibilidade, conseguiu abarcar o conjunto das principais lutas dos urbanitários.

Foto: arquivo STIU-DF



Renovação da frota de veículos

No mês de dezembro de 2007, a diretoria do STIU-DF renovou parte de sua frota, substituindo os três veículos Fiat Uno por outros da mesma marca, ano 2008. Essa medida, fruto de decisão da diretoria colegiada da entidade, objetivou minimizar despesas com manutenção, que crescem significativamente quando o veículo ultrapassa três anos de uso. Além desses, o sindicato possui ainda os seguintes veículos: 1 Caminhão F-4000, ano 98, equipado com som; 1 Fiat Doblô, ano 2003, e 1 VW Parati, ano 95.

Campanha salarial 2008 das empresas federais do setor elétrico teve início em março

Ganho real, fim das CCE-09 e 10, retiradas das distribuidoras do Programa Nacional de Desestatização (PND), garantia de emprego e defesa da empresa pública com gestão democrática são principais bandeiras de luta dos trabalhadores das empresas federais do setor elétrico na campanha salarial da data-base 2008-2009, iniciada em março último. Segundo informa a Federação Nacional dos Urbanitários, esses pontos foram definidos com a contribuição também de grande parte dos trabalhadores do Grupo Eletrobrás, que participaram nos

meses de janeiro e fevereiro de uma ampla pesquisa realizada pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) e pela FNU sobre o que seria importante inserir nas discussões da campanha deste ano.

O CNE definiu ainda que é preciso avançar nos seguintes itens: eleger representantes dos trabalhadores nos conselhos de administração das empresas, unificar a tabela salarial e os benefícios pela maior referência, PCCS para todas as empresas e o Programa de Retenção de Conhecimento. Entre as estratégias para tornar a campanha vitoriosa, o CNE

pretende intensificar as articulações com parlamentares do campo popular e democrático, bem como envolver a CUT Nacional nas negociações, levando em conta o fato de que a entidade é presidida por um eletricitário.

A pauta nacional foi entregue à diretoria da Eletrobrás no último dia 18 de março, no Rio de Janeiro, e as negociações tiveram início no dia 10 de abril, em Brasília.

Com informações da FNU-CUT



Grupo Eletrobrás lucrou R\$ 1,547 bilhão em 2007

Expectativa dos trabalhadores é receber duas folhas de pagamento a título de PLR

O lucro líquido anual do Grupo Eletrobrás aumentou 33% em 2007, segundo informação divulgada pela empresa em 19 de março último. De R\$ 1,161 bilhão em 2006, o lucro subiu para R\$ 1,547 no exercício passado. O reconhecimento dos resultados obtidos pelas 21 empresas investidas da Eletrobrás, avaliadas por equivalência patrimonial, teve impacto positivo no resultado da *Holding*, gerando um ganho de R\$ 1,883 bilhão.

O Grupo Eletrobrás anunciou que continua estudando novas oportunidades de investimento, de forma a incrementar a participação no setor. Para tanto, a estatal pretende participar de todos os novos leilões de geração e transmissão, especialmente dos projetos estruturantes.

No entendimento do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), esse cenário amplamente positivo deve motivar o reconhecimento do esforço dos trabalhadores, que cumpriram todas as metas acordadas e possibilitaram esse resultado significativo. Além da justa participação nos lucros e resultados, os trabalhadores aguardam com grande expectativa um Acordo Coletivo de Trabalho à altura do desempenho do grupo Eletrobrás e da dedicação dos seus empregados.

STIU-DF participou do IX Congresso da Anapar

Com cinco delegados, os urbanitários do DF participaram do IX Congresso de Participantes de Fundos de Pensão e do V Encontro de Conselheiros Eleitos, ambos convocados pela Associação Nacional de Participantes de Fundo de Pensão (Anapar). Nos dois eventos, foram debatidos temas importantes que afetam a previdência complementar, como governança, conjuntura e investimentos.

Foi aprovada no IX Congresso moção de apoio (ver abaixo) à iniciativa do STIU-DF de realizar eleição para a diretoria da Faceb no segundo semestre de 2008.



Delegação do STIU-DF e companheiros bancários no Congresso da Anapar

MOÇÃO AO IX CONGRESSO DA ANAPAR

Nós, delegados e participantes do IX Congresso da Anapar, solidarizamos-nos com os participantes e assistidos da Faceb, que há anos lutam pelo direito de indicar, através de eleições diretas, representantes na diretoria de seu fundo de pensão.

É inadmissível que, apesar do instituto da paridade e do princípio da equidade, consagrados na Constituição Federal e nas leis complementares 108 e 109, algumas patrocinadoras se valham do voto de qualidade para impedir a democratização efetiva da governança e gestão das entidades.

Nesse sentido, a Anapar assume o compromisso de reforçar a luta pela ampliação dos espaços a participantes e assistidos na gestão dos fundos de pensão, apoiando, no caso da Faceb, o processo a ser organizado no segundo semestre pelo STIU-DF, que representa os trabalhadores daquele fundo, visando à eleição de um diretor.

Categoria, unida, conquista avanço no adicional de condutor autorizado

Foto: STIU-DF



Reajuste de 75% é a primeira grande vitória da categoria neste ano

Depois da constatação, por comissão paritária, de que a CEB deveria manter o adicional de condutor autorizado, uma vez que a contratação e estruturação de um quadro de profissionais motoristas seria uma medida muito dispendiosa para a empresa, o Sindicato reivindicou reajuste de 100% para esse benefício, cujo valor encontrava-se bastante defasado. A CEB fez inicialmente uma contraproposta de apenas 30% de aumento, rejeitada pela categoria e que motivou forte paralisação dos condutores e a solicitação, ao Sindicato, da suspensão do credenciamento. Diante da reação dos trabalhadores, a empresa melhorou sua contraproposta, chegando aos 75% de reajuste, índice aprovado na assembléia geral ocorrida no último dia 9 de abril.

Na avaliação da diretoria do STIU-DF, apesar de não ter contemplado com reajuste os empregados que ocupam cargo de nível superior, no conjunto foi mais uma importante vitória dos trabalhadores da CEB, demonstrando que a unidade e a mobilização apresentam-se sempre como os principais instrumentos da classe trabalhadora para avançar nos direitos e ampliar as conquistas.

PCCS

Com a parceria do STIU-DF, CEB realiza pesquisa sobre fatores de maturidade

Entre os dias 1.º e 7 de abril, a CEB realizou pesquisa com os trabalhadores visando à definição dos fatores de maturidade a serem considerados em cada carreira do PCCS. A iniciativa, que contou com a parceria do STIU-DF, serviu também para que os empregados esclarecessem dúvidas e conhecessem melhor a sistemática que está sendo pensada para a reformulação do plano. A significativa participação reflete bem o nível de interesse que essa discussão desperta nos trabalhadores, alguns sem reposicionamento há vários anos.

Os resultados da pesquisa já foram encaminhados à consultoria contratada pela empresa. Está mantida a data de 30 de abril como limite para a elaboração da proposta de reformulação do PCCS. O encaminhamento do Sindicato é que, a partir daí, ela seja apresentada e amplamente discutida com a categoria.

Memória

Durante a campanha de data-base de 2007, os trabalhadores da CEB pleitearam a reformulação do atual Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) ou a criação de um novo plano. Embora não tenha sido possível incluir no Acordo Coletivo essa cláusula específica, o Sindicato conseguiu da diretoria da CEB o compromisso de que seria editada portaria instituindo uma comissão paritária para elaborar a proposta de reformulação reivindicada pelos trabalhadores.

A comissão iniciou os trabalhos em novembro último. Houve reuniões com especialistas externos em cargos e salários para, à luz da realidade da CEB, aprofundar o conhecimento sobre o tema. Em seguida, a Superintendência de Recursos Humanos da CEB, em parceria com o STIU-DF, realizou a pesquisa sobre fatores de maturidade.

A PLR é nossa!

Sindicato solicita antecipação da PLR para 1.º de maio

No último dia 14 de abril, o Sindicato encaminhou carta ao presidente da CEB na qual solicita a antecipação do pagamento da PLR 2007 para 1.º de maio, haja vista o importante significado desta data para os trabalhadores. No documento, o STIU-DF aproveitou para contestar o parecer da Procuradoria Jurídica da empresa que insiste na malfadada tese de que, para pagar a PLR, primeiro é preciso compensar prejuízos acumulados. O Sindicato lembrou na carta que essa mesma estratégia foi utilizada em 2005 e que, nas negociações de data-base ocorridas no ano passado, a empresa tentou colocar dispositivos da Lei das Sociedades Anônimas no ACT. Essa proposta,



rejeitada pela categoria de forma unânime, visou garantir no exercício de 2008 o que, claramente, a empresa não tem garantido hoje – o direito de negar o pagamento da PLR 2007.

O Sindicato, que continua apostando no diálogo, lembra que a categoria não cobrou o pagamento de participação nos resultados nos anos em que a empresa fechou o respectivo exercício com prejuízo. Agora, que a CEB encerrou o exercício com lucro (R\$ 72,5 milhões), os trabalhadores não deixarão de exigir o cumprimento do ACT.

Metas

O Comitê de PLR fechou o relatório de 2007 no dia 17 de abril. Com a pontuação obtida na apuração dos indicadores globais, o percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído linearmente aos trabalhadores caiu de 8% para 2%. Esse número reflete o péssimo desempenho dos indicadores DEC (14,87) e FEC (15,67), fruto da queda radical dos investimentos na distribuição ocorrida nos últimos anos. O “Relatório da Administração 2007” associa a piora desses indicadores aos loteamentos irregulares e às gambiarras. Por essas razões, o Sindicato irá reivindicar o cancelamento da apuração e a atribuição de pontuação máxima a esses indicadores.

Com relação à distribuição proporcional, o STIU-DF lembra que, como as metas setoriais e individuais não foram criadas pela CEB, o percentual correspondente de 8% também deverá ser pago de forma linear.

INFORMES DA FACEB

Membros eleitos do Conselho Deliberativo registram preocupação com as contas do exercício de 2007

O Conselho Deliberativo da Faceb aprovou, no dia 13 de março último, o “Relatório de Atividades do Exercício 2007” apresentado pela diretoria. O patrimônio da Fundação chegou em dezembro de 2007 ao montante de R\$ 522,92 milhões, sendo que 84,61% desse valor encontra-se investido em renda fixa (títulos públicos federais, debêntures, Fundos de Direitos Creditórios – FIDC etc).

Apesar do crescimento patrimonial, a Faceb apresentou resultado negativo no exercício, reduzindo o superávit acumulado de R\$ 56,73 milhões, alcançado em 2006, para R\$ 34,37 milhões em 2007. Essa redução deveu-se ao aumento significativo da “Constituição de Reservas Atuariais” (de R\$ 16,66 milhões em 2006 para R\$ 86,52 milhões em 2007), lançada nas demonstrações contábeis para fazer frente aos impactos atuariais causados pelos aumentos salariais concedidos a alguns empregados às vésperas do PDV/2006.

Por conta disso, os membros eleitos do Conselho Deliberativo da Fundação registraram na respectiva ata de aprovação das contas a necessidade de cuidado por parte Faceb em relação aos controles internos, já que tal medida permitiria um melhor acompanhamento dos impactos das premissas e hipóteses atuariais, possibilitando que as prováveis perdas sejam provisionadas antes de efetivamente configuradas.

ASCEB

Resistir contra o descaso

Foto: STIU-DF



O Sindicato manifesta total solidariedade à diretoria, aos conselheiros e associados da ASCEB, e reafirma a disposição de lutar com todas as forças para que os interesses da Associação sejam preservados. É inadmissível que a CEB negocie a venda do imóvel da 904 Sul sem sequer formalizar uma proposta aos sócios da ASCEB. A forma como a diretoria da empresa tem conduzido esse processo reflete bem o seu desprezo e desrespeito à história da Associação e à importância da entidade para os trabalhadores da Companhia. Diante desse quadro, a palavra de ordem é RESISTIR!

ELETOBRÁS

Medida provisória fortalece o papel da Holding

Em sessão realizada no Senado, no dia 11 de março, foi aprovada a medida provisória que trata das atribuições da Eletrobrás. Dentre outros pontos, essa MP permite ao Grupo firmar novas sociedades com empresas nacionais e do exterior, podendo ter mais de 49% das ações. Ou seja, a Holding poderá ser majoritária no controle destas empresas, além de poder realizar empreendimentos no exterior. Essa MP pode abrir as portas do BNDES pelo próprio governo à Eletrobrás, hoje ainda de acesso exclusivo às empresas privadas.

O Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) defende que esta nova conjuntura pode representar mudanças significativas, permitindo, por exemplo, uma maior autonomia em relação às políticas de recursos humanos, fundamental para competir com os outros grupos privados e estatais que atuam no setor.

Contudo, dentro deste novo cenário que se apresenta, os trabalhadores ainda têm algumas indagações, por exemplo: como ficarão as distribuidoras federais? Como será a relação da Holding com as subsidiárias? Os trabalhadores não participarão do debate? São questões importantes nesta hora em que se discute a criação da nova Eletrobrás, isto porque acreditamos que este momento possibilita às empresas um novo tratamento, com os recursos necessários para os investimentos e uma nova forma de governança, com mais transparência em todos os sentidos.

ONS**Sindicatos e empresa fizeram
1.ª reunião de acompanhamento
do ACT 2007-2008**

Depois de alguns adiamentos, que contrariaram a expectativa dos trabalhadores e das entidades sindicais, finalmente foi realizada, nos dias 15 e 16 de abril, a primeira reunião de acompanhamento do Acordo Coletivo de Trabalho negociado em setembro de 2007 e válido até agosto deste ano. A reunião aconteceu no CNOS, em Brasília, e não no Rio de Janeiro, como é de praxe, segundo a empresa em razão da epidemia de dengue naquele Estado.

O diretor-geral do ONS informou aos representantes da Intersindical que estão sendo introduzidas melhorias no painel de empresas pesquisadas no PGCR-2008 (Plano de Gestão de Cargos e Remuneração), com a inclusão da Empresa de Pesquisa Energética e retirada de algumas distribuidoras. Quanto à Performance Organizacional de 2008, o ONS está buscando a elevação no orçamento para 100,0% de uma remuneração. Sobre o Plano Previdenciário CD-ONS, apesar do atraso, está mantido o compromisso da diretoria de buscar melhorias.

Dirigentes da Intersindical ONS e representantes da empresa incluíram na pauta de discussões outros assuntos de interesse de todos os trabalhadores, a exemplo da alteração da norma do Banco de Horas e das políticas que a norteiam, reajuste dos auxílios creche e pré-escolar e critérios para cálculo do abono por perda de massa salarial. Os resultados da reunião serão debatidos posteriormente com os trabalhadores.

Pesquisa para o PGCR

No que se refere ao Plano de Gestão de Cargos e Remuneração – PGCR de 2008, os sindicatos que compõem a Intersindical, com assessoria do Dieese, aplicaram pesquisa junto aos trabalhadores do ONS, entre os dias 14 e 30 de abril, com o intuito de colher sugestões que possam nortear a negociação com a empresa, a fim de que sejam implementadas ações visando à valorização de todo o seu corpo de trabalhadores, bem como uma política salarial igualitária e democrática, que satisfaça ao interesse de todos. A pesquisa também contribuirá para a escolha das empresas que deverão compor o painel da pesquisa de mercado. Após a apuração dos resultados, serão discutidas com trabalhadores e empresa as melhorias a serem incorporadas ao PGCR.

FURNAS**Fundação Real Grandeza****Participantes e assistidos merecem
respeito e exigem responsabilidade**

Conforme determina a Lei n.º 108/2001, numa Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), como é a Fundação Real Grandeza, o Conselho Deliberativo é o órgão máximo da instituição, responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios. Estabelece ainda a lei que a composição do Conselho será no máximo de seis membros, escolhidos de forma paritária entre representantes dos participantes e dos patrocinadores, cabendo a eles a escolha do conselheiro presidente, que também terá o voto de minerva caso necessário. O mandato dos conselheiros será de quatro anos, com estabilidade e permitida uma recondução, e o mais importante: “O membro do conselho deliberativo somente perderá o mandato em virtude de renúncia, de condenação judicial transitada em julgado ou processo administrativo disciplinar.”

Quando da renúncia coletiva dos três membros indicados por Furnas (dois titulares e um suplente, entre eles o que ocupava o cargo de presidente), os participantes da Fundação tiveram a real clareza dos interesses escusos que os membros do grupo político que ora comanda o setor elétrico têm sobre o patrimônio da FRG. Esses conselheiros foram pressionados pelo presidente de Furnas, Sr. Paulo Conde, representante do deputado federal Eduardo Cunha; renunciaram coletivamente por coação política e, principalmente, por falta de responsabilidade e compromisso com a Fundação e seus participantes, já que o mandato pertencia a eles e não mais a quem os indicou.

Diante do fato consumado, o órgão máximo ficou incompleto, mas não poderia ficar inoperante. Assim, os membros titulares que restaram no Conselho Deliberativo – os três representantes dos participantes e assistidos e o representante da Eletronuclear –, sabiamente e com responsabilidade, optaram por indicar para a presidência do órgão o único membro restante de uma patrocinadora – o conselheiro Wilson Neves dos Santos – que, esperam os trabalhadores, cumpra o seu mandato até o fim, com todas as prerrogativas que o cargo lhe confere, e que não se abale com as pressões que certamente vem recebendo.

Com a definição do novo presidente do Conselho Deliberativo, a administração da Fundação não sofreu abalos, o que de certa maneira impediu que os trabalhos fossem interrompidos e que houvesse sérios prejuízos à Real Grandeza, especialmente quanto ao cumprimento de prazos legais para aprovação de documentos oficiais exigidos no cronograma de início do ano para as fundações, tudo isso por conta da renúncia inesperada, inexplicável e irresponsável dos representantes de Furnas.

No entendimento do Sindicato, a deliberação dos membros restantes do Conselho Deliberativo, de definir o novo presidente, foi absolutamente correta e sobretudo responsável, demonstrando com isso respeito aos participantes, que sempre esperam o melhor de cada representante na FRG, seja indicado ou eleito.

Sindicato e trabalhadores se mobilizaram mais uma vez para defender a empresa

A possibilidade de indicação do atual diretor do Detran-PA, Lívio Rodrigues de Assis, para a presidência da Eletronorte, mobilizou o STIU-DF e os trabalhadores da empresa no mês de março. Além de ser apadrinhado do senador Jader Barbalho, pesam sobre Lívio Rodrigues graves acusações, principalmente quando de sua passagem pelo Departamento Nacional de Estradas e Rodagens (DNER), atual DNIT, que culminaram com sua saída do cargo.

Tanto nas mobilizações internas quanto nas cartas dirigidas ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o STIU-DF reiterou os requisitos que considera indispensáveis para alguém ocupar cargo desta magnitude: conduta ética e moral ilibada; competência; credibilidade e liderança entre o corpo gerencial e técnico da empresa; defender a instituição Eletronorte; conhecimento profundo do setor elétrico brasileiro; pertencer, preferencialmente, ao quadro efetivo da Eletronorte. Com base nas notícias veiculadas nos principais jornais do País, pode-se concluir facilmente que o senhor Lívio Rodrigues de Assis não possui tais requisitos necessários para assumir a presidência da Eletronorte.

O Sindicato lembrou ser fundamental, para a boa condução e o sucesso da empresa, que não paire sobre seus dirigentes nenhuma dúvida de caráter ético e moral, pois isto, indiscutivelmente, prejudicará

de forma irremediável a Eletronorte, que perderá a credibilidade necessária para sobreviver num ambiente competitivo como é o do modelo atual do setor elétrico brasileiro.

O STIU-DF lamenta o fato de o governo Lula, assim como seus antecessores, usar as empresas estatais como “moeda de troca” para aprovar projetos de lei e medidas provisórias de seu interesse; continua praticando a famigerada política do “toma-lá-dá-cá”, que não faz bem às instituições, mas somente aos interesses politiquieiros de “apoiadores de plantão” do governo.

As ações do Sindicato e dos trabalhadores tiveram boa repercussão, inclusive na mídia impressa, e fizeram o governo recuar na indicação do senhor Lívio de Assis à presidência da Eletronorte.

Campanha pelo fim das distorções salariais

O Sindicato promoveu, no fim de março, campanha pela correção das distorções salariais na Eletronorte, que afetam em especial os trabalhadores contratados nos últimos concursos. O STIU-DF externou a preocupação com o fato de que a Eletronorte vem, sistematicamente, perdendo empregados recém-contratados para outras empresas, situação que tem prejudicado bastante a instituição e que certamente a inviabilizará no futuro. Por outro lado, a Eletronorte reluta em contratar os outros aprovados no último concurso, prestes a perder a validade.



SETOR ELÉTRICO NACIONAL

A parcela variável na transmissão e o trabalhador

A parcela variável é um novo termo que passa a compor o vocabulário dos trabalhadores do setor elétrico, mas que ainda não está na pauta de debates do dia-a-dia dos eletricitários; dessa forma, o Sindicato espera que esse texto possa aguçá-los a mente dos companheiros e as discussões possam acontecer em todos os níveis, informalmente ou não, entre todos – técnicos, administrativos, gerentes e outros. É este novo instrumento que vai aferir o tempo, a frequência, a causa e outras variáveis que tenham originado uma interrupção da transmissão de energia elétrica.

É importante ressaltar que vários processos de verificação da interrupção da transmissão de energia poderão e vão interferir no dia-a-dia dos trabalhadores das empresas que transmitem energia, principalmente nas condições de trabalho, pois as empresas estudam alternativas para minimizar os impactos financeiros que a parcela variável

pode impor nos seus orçamentos.

Se estamos falando de energia, fica fácil deduzir que é importantíssima a geração e que, portanto, não pode haver falhas na transmissão, garantido à sociedade todos os benefícios da energia elétrica. Essa é a principal lógica da parcela variável, ou seja, garantir a qualidade e a menor interrupção possível na transmissão, utilizando a dedução na remuneração da tarifa de transmissão, o que atinge as empresas onde mais pesa: no caixa.

E onde entram nisso os trabalhadores? Certamente, as empresas já estão estudando alternativas para realizar as manutenções e operações de suas unidades, usando como balizador a norma baixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), onde cada tipo de possibilidade de interrupção é abordada. Por algumas situações de execução de trabalhos em situações adversas, com certeza vários companheiros já passaram, como,

por exemplo, execução noturna, pois o ONS determinava o horário em que o consumo era pequeno, portanto com baixa carga. Essa situação da carga não melhorou muito, porém, com a entrada da parcela variável, as empresas esperam que suas interrupções, quando ocorrerem, sejam as menores possíveis e assim não comprometam o fornecimento da energia contratada.

Podemos prever que haverá aumento do volume de trabalho, novos processos ou agregação de novas funções que, por sua vez, podem alterar a rotina de trabalho, a qualidade de vida dentro e fora das empresas, a saúde e segurança no ambiente de trabalho e, com certeza, vão influenciar nas relações trabalhistas no que se refere a benefícios e remuneração. Portanto, devemos acompanhar e discutir a parcela variável por todos os pontos de vista – técnico, administrativo e das condições do trabalho.

Centrais sindicais: enfim, o reconhecimento

Foto: Leonardo Severo – CUT



O dia 2 de abril entrará para a história dos trabalhadores e do sindicalismo brasileiro. Depois da aprovação do Projeto de Lei n.º 1.990/07 na Câmara dos Deputados, no último dia 11 de março, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei n.º 11.648, que regulamenta o funcionamento e dá “reconhecimento formal” às centrais sindicais. Segundo a direção da CUT Brasil, o reconhecimento atende a uma reivindicação tão antiga quanto a própria entidade. “Assim, está formalizado algo que havia sido conquistado no embate político. A CUT consolidou o espaço e o papel de representante de sua base de trabalhadores e trabalhadoras, mas a legislação não permitia, por exemplo, que a entidade ingressasse com ações na Justiça, por causa da ausência de reconhecimento legal.”

Ainda de acordo com a CUT Brasil, essa conquista histórica tem como principal ponto positivo o fato de existirem, a partir de agora, critérios para que uma entidade seja reconhecida – é preciso comprovar que há base de representação. O próximo desafio imediato, ressalta a CUT Brasil, é acabar com o imposto sindical. A CUT firmou com as outras centrais e o Ministério do Trabalho o compromisso de substituir o imposto pela contribuição negocial. Há um grupo de trabalho encarregado de elaborar a mudança, cujo processo está praticamente pronto. Mais informações podem ser obtidas no endereço www.cut.org.br/reconhecimento.

Os requisitos

Os requisitos para a legalização de uma central foram especificados na Lei n.º 11.648, tais como filiar pelo menos cem entidades que representem 7% ou mais dos empregados sindicalizados no País, de no mínimo cinco setores de atividade econômica. Também é necessário que as filiações se estendam por toda as regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), com ao menos 20 sindicatos para cada uma de três dessas regiões. (Com portal Vermelho)

Com informações do Jornal da CUT Brasil, Portal Vermelho e Agência DIAP

Fator previdenciário

Senado aprova fim da regra e modifica forma de calcular benefícios

Em regime de urgência, foi aprovado no dia 9 de abril, no plenário do Senado, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 296/03, do senador Paulo Paim (PT/RS, foto), que extingue o chamado “fator previdenciário” e modifica a forma de cálculo dos benefícios da Previdência Social. O projeto segue para o exame da Câmara dos Deputados.



Na avaliação do senador, o resgate dos critérios anteriores de cálculo dos benefícios previdenciários evitará que o Governo utilize a Previdência Social como instrumento de ajuste das contas públicas, em prejuízo dos contribuintes e beneficiários.

O fator previdenciário é calculado considerando, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevida para ambos os sexos e uma alíquota de 31%, que equivale à soma da alíquota básica de contribuição da empresa (20%) e da maior alíquota de contribuição do empregado (11%).

PERDAS NOS BENEFÍCIOS

Em sua justificativa, Paim assinalou que, dependendo do grau de formalização do trabalhador e de sua evolução salarial, a ampliação gradativa do período básico de cálculo do salário-benefício, com o fator previdenciário, acarreta perda em seu valor, tanto maior quanto maior for essa ampliação.

O senador frisou que essa forma de cálculo é aplicada sob a alegação de se adequar o sistema previdenciário aos impactos atuarial e financeiro da evolução demográfica, mas, de fato, tem sido utilizado para diminuir as despesas com benefícios da Previdência Social, principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, reduzindo seu valor ou retardando a sua concessão.

Entre as distorções no fator previdenciário apontadas por Paulo Paim, destaca-se a introdução do critério da idade no cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, via lei ordinária, critério que já foi derrotado em nível constitucional no Senado.

“No aspecto social, é perverso, pois, ao privilegiar a aposentadoria por tempo de contribuição tardia e punir, drasticamente, a considerada precoce, penaliza, sobremaneira, aqueles que começaram a trabalhar cedo, na maioria trabalhadores de menores rendimentos. De fato, esses trabalhadores certamente não adiarão o início de sua aposentadoria em função de valores maiores, no futuro, proporcionados pelo fator previdenciário”, observou.

Antes de ser votado no plenário da Câmara, o projeto deverá ser examinado pelas Comissões de Trabalho, de Seguridade Social e Família, de Finanças e Tributação, e de Constituição e Justiça. Será necessária forte mobilização dos trabalhadores para que a matéria seja aprovada também naquela Casa.

Fonte: DIAP com Agência Senado